



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 25 DE JUNHO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Albertino Bragança

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Roberto Lombá

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 25 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente auscultou o Sr. José Neves da Silva, a propósito de uma petição apresentada por este à 4.ª Comissão. Fizeram uso da palavra, além do peticionário os Srs. Deputados Hélder Paquete (ADI), Cecílio Quaresma

(ADI), Adllander Matos (MLSTP/PSD), Roberto Lombá (ADI), Marçal Lima (MLSTP/PSD) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Carlos** Alberto Pites **Pinheiro**  
**Cecílio Quaresma** da Graça Sacramento  
**Hélder Paquete** Lima  
**Roberto** Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adllander** Costa de **Matos**  
**Jorge Amado**  
Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD)

**Albertino** Homem dos Santos Sequeira **Bragança**

O Sr. **Presidente**: — Temos uma ordem do dia com três pontos e espero que todos a tenham consigo. Não sei se há algum comentário em relação a ordem do dia?

Teremos outra sessão depois de amanhã com outros três pontos, pelo que queria ouvir a opinião dos Srs. Deputados em relação a essa ordem do dia.

Hoje teremos duas auscultações, uma ao Sr. José Neves da Silva, que iremos ouvir de seguida, acerca de um terreno na Madre Deus; e depois a Sra. Dra. Celisa, aliás, o Movimento da Sociedade Civil. Não sabemos se é a senhora que a preside, nem quem virá a audição parlamentar sobre os problemas que se colocam na desflorestação no sul do País pela empresa AGRIPALMA.

Depois vem a aprovação sobre a petição n.º 8/IX/11.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, vi a ordem do dia para hoje dia 25, que é o dia do aniversário da independência de Moçambique, 40 anos de independência...

**Vozes**: — 38 anos, não é?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Penso que sim. Também coincidiu com os 23 anos em que defendi o meu diploma.

*Murmúrios e risos.*

O Sr. **Presidente**: — O senhor está de parabéns.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Vendo a ordem do dia de hoje, no segundo ponto, gostaria de saber qual é a relação que este ponto tem com a 4.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — É porque a 4.ª Comissão também lida com as questões do meio ambiente, «Comissão das Obras Públicas, Infra-estruturas e Meio Ambiente».

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Ah, está bem, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, ainda relativamente a esse ponto, a que se referiu o Sr. Deputado Hélder, gostaria que tivéssemos a cópia da carta que deu entrada ao pedido dessa auscultação, não temos essa carta. Estou a referir-me ao segundo ponto da ordem do dia para hoje.

Também seria bom que discutíssemos melhor este ponto, tendo outras documentações referentes a esse assunto. Porque ouvir alguém que vem falar de um assunto, sou leigo na matéria e não tenho conhecimento desses assuntos, alguém vem falar em nome da sociedade civil sobre uma matéria que enquanto Deputado não tenho conhecimento. Ouvi explicações desse movimento, mas é preciso que tenhamos mais documentações sobre a matéria antes de realmente entrarmos a discutir este assunto.

Outro ponto, refiro-me do ponto para o dia 27, que também poderemos reparar já o assunto para esse dia. No primeiro ponto, «auscultação do Ministro das Obras Públicas (...)», não seria só o Ministro, mas sim devia ser «das Obras Públicas e Agricultura (...)». Porque o problema deles não está só na atribuição para construção, também está o problema de atribuição de terras para os agricultores. Porque neste momento, por exemplo, estão agora a cultivar e se der o caso de retirar os agricultores que lá estão aonde vamos metê-los? É preciso dar um apoio aos agricultores, sendo a distribuição da terra, se for necessário, para os que querem construir e também para quem queira plantar.

Portanto, é esse o motivo que me leva a dizer que é necessário ouvir os dois Ministros, tanto o das Obras Públicas como o da Agricultura.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a referir-se a...?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Ao primeiro ponto do dia 27, em que vamos auscultar o Ministro das Obras Públicas e refiro-me que seria bom que ouvíssemos os dois Ministros.

A auscultação tem a ver com a distribuição de terras para construção e temos outro problema que é os agricultores deverem ter terras para poderem plantar. Portanto, é preciso ouvir os dois Ministros em relação a essa matéria.

Este é o meu ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Queria dizer aos Srs. Deputados que, em relação a questão colocada para o dia de hoje, discutimos na comissão, na última reunião, essa questão. Porque a nossa Comissão é a das Obras Públicas, Infraestruturas e Meio Ambiente e é uma questão que estava a ter um impacto nacional e a Assembleia, por direito próprio, não podia estar, digamos, alheia ao problema em matéria de fiscalização.

Relativamente a questão do dia 27, depois de amanhã, tínhamos discutido e até ouvido os petiçãoários numa sessão anterior e por certo tínhamos chegado a um acordo com o Governo e esse acordo não foi cumprido e eles voltaram a fazer uma nova petição. Foi assim que na última reunião foi apresentada esta petição e vimos que era preciso ouvi-los de novo. Isso só para vos esclarecer esses dois pontos.

Em relação ao Ministro da Agricultura, podemos chamá-lo, é uma sugestão que colocou e, portanto, vamos ter em consideração e podemos chamá-lo para ser ouvido pela Comissão. Nada nos impede de ouvir o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, o problema que levanto não é um problema de não resolver, inclusive quero deixar bem claro que esse é um assunto que acompanhei de muito perto...

O Sr. **Presidente**: — Sim, lembro-me.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Inclusive, se há alguém que mais vê para esse problema de terras sou eu, sempre defendi as duas causas. Uma causa é atribuir terras para quem realmente lutou para construir, estou de acordo, mas também é preciso defender que quem está lá também a cultivar são nacionais.

Tirando-lhes a terra que eles ganham o seu sustento, o que vão fazer deles? Defendo as duas partes, quer dizer, dar terras a quem quer construir, tudo bem, mas e aqueles que estão a cultivar, vão fazer o quê com eles? A guerra está aqui.

Agora, se conseguirmos realmente resolver esse problema de conseguir ter terras para os que querem cultivar e para quem quer construir, para mim é uma solução muito bem-feita. É esse que é o problema.

A petição é muito bem-vinda, mas o importante é encontrar solução para o problema.

O Sr. **Presidente**: — Pois, o Sr. Deputado lembra-se que discutimos isso com os petiçãoários e o senhor teve um grande papel nisso. Eles tinham chegado a um acordo com o Governo que saíam daquela zona e que ser-lhes-ia concedido terrenos noutra localidade, mas isso não foi cumprido.

É por isso que eles voltaram a mandar outra petição. Eles querem que a terra que lhes foi prometida para construção que lhes fosse dada. Se não for aquela de San Carlos, que fosse noutra localidade porque é isso que estava combinado.

Por isso é que os chamamos para sabermos o ponto da situação, porque a ideia era a Assembleia ajudá-los a resolver o problema.

*Pausa.*

Srs. Deputados, na Mesa temos que ser acompanhados por um dos secretários da Comissão.

*Entretanto, o Sr. Roberto Lombá tomou assento como Secretário da Comissão.*

Pedia aos serviços que chamassem o Sr. Peticionário do primeiro ponto, o Sr. José Neves da Silva, para passarmos já a sua auscultação.

*Pausa para entrada do Sr. José Neves da Silva na Sala.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Antes de mais, gostaria também de fazer um comentário em relação a presença dos Srs. Deputados.

Hoje estamos a tratar de assuntos muito importantes, sobretudo quando vamos auscultar os representantes do Movimento da Sociedade Civil que nos vêm aqui falar sobre, portanto, a desflorestação na zona sul.

Temos ausentes neste momento alguns deputados do MLSTP/PSD, o que lamentamos bastante e gostaria de pedir ao Sr. Presidente se pudesse insistir no sentido que esses Deputados pudessem fazer presença...

O Sr. **Presidente**: — Pudessem fazer...?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Presença nesta reunião, para que pudéssemos ter comentários e uma apreciação de todos os grupos parlamentares sobre esse assunto.

Porque é um assunto que realmente todos devemos reflectir e gostaria que todos os deputados desta 4.ª Comissão estivessem presentes.

O Sr. **Presidente**: — Também gostaria, mas foi-me explicado que há deputados que, pronto, deixava então que um dos deputados do MLSTP/PSD desse a explicação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima para uma intervenção.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é que temos algumas ausências que se justificam, pelo facto do Sr. Deputado Dionísio Fernandes estar ausente do País.

Aqui na lista também temos o Sr. Deputado Jorge Amado, que não tomou conhecimento dessa reunião.

Mas tudo isto para dizer o quê? Temos a tradição — estou de acordo com o Sr. Deputado Pinheiro, que quanto mais todos estivermos melhor para permitir que o contraditório se faça no seu pleno, mas desde que haja quórum podemos prosseguir os trabalhos. Só para lembrar, ainda há pouco tempo atrás, fizemo-lo com a ausência de alguns dos Srs. Deputados.

É neste sentido que acho que lamentamos isso sim, mas não pode constituir motivos para a paralisação dos nossos trabalhos. Desde que haja quórum podemos prosseguir com o número que existe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — A minha questão não foi colocada no sentido que a reunião não prosseguisse, ou não se faça. Claro que, havendo quórum, a reunião deve ter lugar.

A questão é que se trata de uma auscultação a um grupo da sociedade civil que temos vindo a assistir a pressão que tem feito, tanto na televisão no espaço que tiveram, como ao nível da Procuradoria-Geral, onde já interpuseram uma acção. Era bom que todos os grupos parlamentares e todos os deputados em particular pudessem estar presentes.

Repara, o MLSTP/PSD sempre fez questão que o ADI regressasse a Assembleia Nacional para os seus trabalhos e hoje estamos aqui e são os Deputados do MLSTP/PSD que estão ausentes. Portanto, isso nos deixa pensar um pouco em relação a essa pressão que sempre fez para que o ADI regressasse a normalidade na Assembleia Nacional.

É nessa vertente que critico a ausência dos Deputados do MLSTP/PSD e faço o alerta no sentido que eles pudessem estar. Sobretudo por causa dessa questão, independentemente do desflorestamento e daquilo que ouvi da não invasão do espaço Óbô, a desflorestação de qualquer zona em São Tomé e Príncipe deixa alguma preocupação em nós, uma vez que estamos todos envolvidos em manter o nosso país verde e contribuir na política do bom meio ambiente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima para uma intervenção.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, tinha-me esquecido de cumprimentar os Srs. Deputados do ADI aqui presentes, porque de facto é motivo de orgulho e satisfação da minha parte podermos estar todos juntos. Embora gostaria também de ouvir de vós alguma coisa, em termos ético, tendo em conta vossa ausência, isso faz parte da praxe.

Mas de qualquer forma fiz esse pedido apenas para cumprimentar e manifestar a minha satisfação pelo facto de estarem todos aqui.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Queria fazer uma sugestão: temos o Sr. José Neves da Silva, que é o peticionário, já na Sala e acho que podíamos discutir essa matéria que irá colocar e depois no intervalo, antes de começar a outra audição, fariamos os nossos comentários.

Estão de acordo?

*Afirmaram, acenando com a cabeça.*

Portanto, vamos ouvir então o Sr. José Neves da Silva, que apresentou uma petição a Assembleia Nacional relativo a um terreno na Madre Deus que, na sua opinião, deu todo por esse terreno, reabilitou, construiu e produziu, mas que agora levantam a questão que ele deve abandonar.

O Sr. José Neves da Silva está presente, já na exposição ele já se identificou sobejamente, então podemos passar a ouvi-lo.

Tem a palavra o Sr. José Neves para fazer a sua explanação. Esteja à vontade.

O Sr. **José Neves da Silva** (Peticionário): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema é o seguinte: acompanhei o processo de um terreno do Estado abandonado há mais de 10 anos.

Depois, num belo dia, encontrei-me com uma pessoa que era guarda do referido terreno, solicitei-me e ele disse que realmente o terreno foi atribuído ao jardim Mina Anzo e desde que aquele jardim tomou o terreno não pôs lá o machim nem um dia.

Quem era a responsável do terreno era a Sra. Alda Espírito Santo e me disseram que se preciso do terreno para ir ter com a senhora.

Então, na mesma tarde fui ter com a senhora e ela disse que sim, que esse terreno está lá no estado de abandono, que quem lhe tinha pedido o terreno era o Sr. Bernardo, mas ela não deu ao senhor porque ele já tinha terreno, que ela estava procura de uma pessoa que não tem terreno para dar aquele.

Então a Sra. Alda me perguntou se conheço o Sr. Manuel Teles Neto e disse a senhora que sim, ela mandou-me ir ter com ele e dizer-lhe que ia da parte dela porque se encontrava doente, ele ligaria para ela e me dariam o terreno.

Assim fiz, fui ter com, o senhor e reuniram num sábado, 22 de Novembro de 2008, no jardim Mina Anzo. Deram-me o terreno, dois por um, mas só que o terreno não tinha nada, estava totalmente em estado de abandono; palmeiras com andalas de pé a cabeça.

Então, entrei lá e trabalhei tudo a minha custas, separei as palmeiras e mandei limpar, paguei 75 000 dobras por cada palmeira que começou a produzir andim. Na produção dei ao jardim Mina Anzo 48 litros de azeite e 65 cocos. Depois veio chegar ao meu conhecimento que o azeite que dou ao jardim, a Sra. Coordenadora do mesmo levava o azeite para outros fins, que não sei; e os cocos que dou elas fazem doces com o açúcar da escola e vendem lá mesmo para as crianças. Então abandonei e deixei de dar.

Depois voltei a levar o azeite para ela com um papel para assinar a dizer que recebeu; ela disse que não assina nada, porque aquele era terreno que pertence a ela...

O Sr. **Presidente**: — Quem disse isso?

O Sr. **José Neves da Silva** : — A Sra. Coordenadora do jardim, que ela não assina o papel para receber aquilo que é da roça dela.

Então levei o azeite para o Sr. Manuel Teles Neto, os últimos cinco litros, o senhor recebeu e assinou o papel. Desde aquela data que deixei de dar o azeite há rivalidades. No dia 12 de Abril – e não 17 como está na petição, estive na cama por volta das cinco da manhã, aparece um grupo de jovens da Chácara, cortam-me o cercado com machim, entram e o meu filho diz, «oh, muita gente está no terreno» e digo-lhe, «gente está no terreno?»; ele me responde, «sim».

Então vou ver as pessoas e o quê que eles dizem para mim, «o senhor que desapareça daqui, o senhor é vindor, o Sr. Ministro da Educação mandou-nos vir para aqui tomar o terreno na sua mão e conferir as madeiras que o senhor cortou e construiu a residência, o senhor que não fala nada».

Então, eles eram cerca de 30 elementos, canalizei-me a polícia. Chegado lá, a polícia foi buscar-lhes e a polícia lhes deu um bom acolhimento, duvido que o grupo também continha elementos da polícia. Porque naquele grupo tinha elementos da PIC, da cadeia central e eles penetraram no meu quintal até este momento que estou a falar.

De Outubro de 2012 a Fevereiro de 2013 meti lá 5.750 pés de mandioqueira, eles cortaram-me todas aquelas mandioqueiras com machim, com ameaças, com pedrada, dizendo «mata homem, mata mulher», «incendeiam essa casa», «ele não é homem daqui». Diariamente eles estão lá no terreno – certamente eles têm a capa do Sr. Ministro, não é!? Estou lá como uma criança.

Agora, não estou a discutir o terreno, estou a discutir o meu trabalho que fiz. Porque não interesse o terreno.

Eles acabaram-me com a galinha no quintal, fazem armadilhas e as pegam, comem, arrancam as mandiocas com gozo; «isso é do Estado e o homem vindor, vamos comer». Na sexta-feira passada foram para lá, pegaram todo o lixo no mato, tiraram e arrumaram na saída do meu quintal, enfim, uma série de coisas que não dá para suportar, porque eles são muitos e eu sou um só.

Agora, o Sr. Ministro ao mandar-lhes para lá, primeiramente, deveria solicitar como são as coisas e não mandar pessoas ir para lá, atiram pedradas e invadem. Quer dizer, ninguém suporta, aquilo que eles fazem!

«O Sr. Ministro é que mandou», o Sr. Ministro mandou, mas ele tinha outra coisa a fazer antes de mandá-los para lá.

Era mais ou menos isso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ouviram a exposição do Sr. José Neves da Silva e não sei se há comentários, perguntas?

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, tenho só duas questões a fazer ao Sr. José Neves da Silva.

A primeira, o senhor tem algum documento que lhe confere mais ou menos usufruto desse terreno?

A segunda questão que queria levantar está relacionada com, quando o senhor invoca aqui o Ministro da Educação, se isso foi feito conforme o senhor diz, agora que é Ministro, ou antes de sê-lo?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Não, foi agora enquanto ele é Ministro da Educação.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — E a primeira questão que fiz, sobre se tem algum documento que lhe confira o usufruto do terreno?

O Sr. **José Neves da Silva**: — A primeira questão, eles deram-me um título já fora de prazo. Porque deram-me o título em Novembro e em Janeiro o título expirou. Quando isso aconteceu o Sr. Manuel Teles Neto mandou-me fazer uma carta a Reforma Fundiária para passar o terreno para o meu nome.

Depois, quando o Sr. Ministro cessante, Dr. Olinto Daio, soube que fiz a carta, mandou a Dona Belinha, que está na DEJA, ir para lá medir o terreno e mediram toda a parte plana até atrás da minha casa, porque disseram que vão construir lá mais escolas e aquela parte de detrás da minha casa para o rio é que me vão passar o papel. Mas como o Governo caiu aquilo ficou assim e houve aquela invasão.

Tenho um título que eles me deram, mas fora de prazo. É deles.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Quem foi que lhe deu o título, já agora? O Ministério da Agricultura...?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Não, quer dizer, o título que deram-lhe ao jardim Mina Anzo como dono do terreno, é este título que eles fotocopiaram e me deram, já fora do prazo.

Depois eles mesmo aconselharam-me para fazer uma carta a pedir a mudança do título para meu nome.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. José, obrigado por apresentar essa petição e essa explicação.

Só que fiquei com um pouco de pulga atrás das orelhas, tendo em conta que há coisas que temos que tentar perceber um pouco mais de forma mais profunda, antes de dar os primeiros passos. Foi bom como apresentou essa petição, essa explicação, mas sou Deputado sim – sou político, mas gostaria que, antes de fazermos os primeiros passos políticos, seria muito bom que reconhecêssemos realmente esses indivíduos e saber se realmente foi o Ministro que os mandou fazer.

Porque, normalmente, há pessoas que usam o nome de pessoas em vão, não sei se estou a fazer perceber. Muitas vezes eles podem da sua autoria de malcriadez, da forma como o País está em que todo o mundo acha que é responsável de tudo, «mando como quero, faço como quero», sobretudo quando têm elementos da PIC e da guarda prisional atrás disso é muito fácil eles colocarem um dirigente no meio de tudo isso.

Quando digo isso não é porque estou a defender o Ministro da Educação. Pelo contrário, é que temos que ter a certeza que eles falam do Ministro por morar na Chácara, ou então se o Ministro é o mandão do problema. Porque muitas vezes eles podem falar em nome do Ministro pelo facto dele residir em Chácara.

Agora, seria bom que o Sr. José, sei que pode ser chamado para outras instâncias como esse mesmo problema, tivesse a certeza que o Ministro em causa é um dos mandadores do problema. Porque acho que aqui temos que levar o caso de uma forma mais ampla, porque se o Ministro fez ele terá que responder porquê mandou fazer.

Quando vejo que o anterior Ministro da Educação já teve uma abertura com o Sr. José para atribuir a terra...

O Sr. **José Neves da Silva**: — A parte.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — A parte da terra, com os documentos mais ou menos encaminhados e outro Ministro da Educação manda pessoas invadirem, aqui há duas coisas: ou o Sr. Ministro não quer assumir o terreno

como o da Educação para fazer novas construções e dar ao Sr. José uma parte do terreno, para continuar o seu trabalho; ou alguém que sabe disso, que ficou a saber sobre o problema do terreno da Educação, invade o terreno em nome da educação.

Quer dizer, defendo isso assim – como disse, não estou a defender o Ministro da Educação como o mandão do problema, mas porque como disse em São Tomé e Príncipe há gente com esse mau carácter. Por isso, gostaria que o Sr. José realmente reflectisse sobre o assunto e que tivesse a certeza real que o Ministro da Educação é o responsável deste acto bárbaro.

Porque para mim é um acto que requiere outros aspectos.

O Sr. **José Neves da Silva** : — Sr. Presidente, posso responder?

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor. Mas não sei se há outras questões, ou o senhor vai responder uma a uma, o que é que os Srs. Deputados acham?

**Vozes**: — É melhor que seja uma a uma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. José Neves para responder as questões.

O Sr. **José Neves da Silva** : — Sr. Deputado, duvido muito!

Imaginemos, esse microfone é seu, este Sr. Deputado parte o microfone e diz que quem mandou partir o microfone é José Neves, ao nível do Sr. Ministro ele deve assumir e procurar saber se realmente o é o senhor que mandou.

Telefonicamente o Sr. Ministro me disse que se eles levaram algum documento com a sua assinatura, a dizer que o Sr. Ministro é que mandou. Eu e o Sr. Ministro nunca tivemos correspondência. É um dos pontos.

Segundo, o Sr. Ministro mandou-me ir ao jardim Mina Anzo e a escola primária Primeiro de Junho ir solicitar as pessoas lá quem mandou os moços fazerem isso. Então fui ao jardim Mina Anzo e a escola primária Primeiro de Junho, a Sra. Coordenadora do Jardim disse uma coisa e o Sr. Director da escola primária disse outra.

A Sra. Coordenadora actual do jardim disse-me que realmente quem pode saber desse caso, é o Sr. Ministro mais os membros da comissão do jardim Mina Anzo.

O Sr. Director da escola primária disse-me que realmente antes de fazer o que estão a fazer o Sr. Ministro deveria solicitar primeiro quando é que entrei no terreno e qual é a contrapartida e depois fazer o que estão a fazer.

Porque o que estão a fazer, realmente, uma pessoa planta cinco mil e tal pés de mandioqueira e as pessoas cortam tudo; *sassaram* todas as plantas; acabaram-me com galinhas no quintal; diariamente estão a penetrar no meu quintal. Até este momento se estão a fazer é porque têm uma capa de protecção...

**Vozes do ADI**: — Têm uma força.

O Sr. **José Neves da Silva**: — Sim, uma força. Mas, não sei como é que é isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos para uma intervenção.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, realmente estamos, como disse o Sr. Deputado Cecílio, diante de um assunto que requer mais elementos. Porque falam na pessoa do Sr. Ministro, como diz o próprio Sr. José Silva, o Sr. Ministro lhe disse através do telefone se alguém apresentou algum documento com a assinatura do Sr. Ministro a dizer que mandou fazer aquilo...

O Sr. **José Neves da Silva** : — Não conheço a assinatura do Sr. Ministro.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Tudo bem, então ninguém lhe apresentou documento nenhum?

O Sr. **José Neves da Silva** : — Ninguém me apresentou, só essa coisa que acabei de dizer agora.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Então, também confirma que tanto a direcção da escola não tem conhecimento formal que o Sr. Ministro orientou a fazer isso?

O Sr. **José Neves da Silva**: — A Sra. Coordenadora actual disse-me que quem realmente pode saber da estadia desses moços lá no terreno é o Sr. Ministro mais ou membros da comissão do jardim Mina Anzo.

O Sr. Director da escola primária disse-me que antes de fazer o que me estão a fazer deveriam chamar-me, solicitar quando é que entrei no terreno e qual seria a contrapartida.

Os sucessivos governos que passaram neste país disseram que o cidadão tem que plantar, a pessoa planta e dá nisso. Os cinco mil e tal pés de mandioqueira que plantei não é só para mim, é para a população de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — O senhor tentou alguma vez ter alguma audiência com o Sr. Ministro da educação?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Fiz uma carta ao Sr. Ministro e ele falou comigo telefonicamente.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Quem ligou para si? O senhor ligou para o Sr. Ministro, ou o Sr. Ministro ligou para si?

O Sr. **José Neves da Silva**: — A Sra. Secretária deu-me o número do Sr. Ministro, fiz tentativas várias vezes, mas não consegui e quando consegui liguei para o Sr. Ministro às 15 horas, o senhor atendeu-me, mandou-me desligar o telefone, ligou e falou comigo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá para uma intervenção.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra porque também gostaria, tal como outros colegas disseram, de colher mais subsídios.

Um dos subsídios que me interessa é quando o senhor na sua explicação faz menção de que no grupo estavam agentes da PIC e da cadeia central e gostaria de perguntar-lhe o seguinte: conseguiu identificar algum deles?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Conheço os nomes.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sabe os nomes deles!?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Sei sim. Até fiz a carta para a actual Sra. Directora da PIC, eles estão lá diariamente.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sabe os nomes deles?

O Sr. **José Neves da Silva**: — Um é o Osvaldo, que é o agente da PIC e outro é Carlos, que é comissário da cadeia e há mais outros.

Quando cheguei a polícia no primeiro dia, eu disse a polícia «leva-me agora com os homens para o Ministério Público», a polícia disse que não, porque não pode e que quem resolve é ..., deram-lhes um bom acolhimento e, portanto, não sei como é que isso está.

O senhor deixa-me aqui agora e vai para lá, eles estão lá. Roubam galinha, arrancam plantações e vivo lá com medo, porque só pedradas que aqueles moços atiram para grota – tenho lá crianças menores de 4 à 14 anos.

Na sexta-feira, por volta das 15 horas, eles foram e apanharam todo o lixo no mato e vedaram a porta da minha saída. É porque eles têm uma «capa de protecção», a dizer que se o MLSTP/PSD não resolver o problema para eles, o MLSTP/PSD não vai ter votos na Chácara. Não é só o voto deles que resolvem o problema do MLSTP/PSD, não é só o voto da Chácara. Ainda que toda a gente da Chácara vota para MLSTP/PSD, o MLSTP/PSD não ganha! Quer dizer, eles estão a usar da política para fazer coisas que não se deve. Eles não são do MLSTP/PSD mais do que outros!

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, acho que, como disse o Sr. Deputado Cecílio, que essa é uma questão realmente melindrosa e que devíamos procurar colher mais subsídios.

Se, como o senhor diz que ele tem nomes de algumas pessoas que consegue reconhecer, principalmente o agente da PIC e o da cadeia central, que são pessoas que devem fazer cumprir a lei e não para cometer atrocidades desse género.

Devíamos alargar o nosso leque de auscultações também a essas pessoas antes de concluirmos. Ouvimos o Sr. José Neves e seria bom que também convidássemos essas pessoas, principalmente esses agentes da PIC e se possível também o Sr. Ministro da Educação, que nos pudesse dizer o que é que se passa concretamente; também o pessoal da escola, de forma que pudéssemos ter um leque de informações maior para podermos depois ver em que que podemos contribuir positivamente.

Era esta a minha contribuição.

O Sr. **José Neves da Silva**: — Gostaria de acrescentar mais uma coisa Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **José Neves da Silva**: — Eles disseram que o Sr. Ministro lhes mandou conferir as madeiras que cortei no terreno.

O terreno tinha uma e única amoreira grande. Deram-me o terreno no dia 22 e no dia 26, com chuva, esse mesmo grupo de jovens foram para lá, ceraram aquela madeira e levaram. Lá não tinha mais madeira a não ser aquela e uma mangueira grande que também piquei pé para morrer, que também não produz.



Quando o Sr. Ministro disse-lhes para conferir as madeiras, eles deveriam ser sincero com o Sr. Ministro e dizer ao Ministro que uma e única amoreira que estava no terreno, nós é que cortamos, roubamos no dia 26 de Novembro de 2008.

Aliás, o que fiz é plantar alcácias e cidrelas e qualquer um que quiser ver, estão lá já a crescer. Fui cortar madeira até Água Francisca, na minha roça, para fazer a casa naquele terreno.

A primeira casa que fiz lá se incendiou no dia 11 de Abril do ano passado com tudo. Quem sabe quem meteu fogo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima para uma intervenção.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, depois de auscultar o Sr. José Neves, para dizer que pessoalmente estou de acordo com a sugestão do Sr. Deputado Cecílio e parte do Sr. Deputado Lombá.

Porque de facto esse acto chega a ser vândalo e não acredito muito que o Sr. Ministro, como quer deixar transparecer. O Ministério da Educação tem a tutela do terreno, porque o Mina Anzo está lá e se o Ministério da Educação quiser fazer com que o Sr. José deixe de ocupar todo o terreno sabe como fazer, há meios próprios para isso e não tem que ser dessa forma vandalizada.

Daí que, como dizia também o Sr. Deputado Cecílio, com essa má criação que existe hoje no nosso país pode ser que seja uma coisa só pensada por eles. Por isso devíamos auscultar – digo parte da intervenção do Sr. Deputado Lombá, porque acho que não devíamos auscultar esses vândalos. Mas sim o Sr. Ministro da Educação, que ele terá uma palavra a dizer acerca disso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, na verdade, pela exposição do Sr. José Neves, para estar ali quer dizer que tinha alguma autorização.

Está claro que o espaço é do Ministério da Educação, mas atendendo que o espaço estava abandonado e, talvez por uma questão de segurança, foi atribuído, ainda que seja verbalmente, ao senhor para que desse uma melhor atenção ao espaço. De acordo a exposição é isso que está patente.

Mas o que entendi bem da reivindicação do Sr. José Neves, ele não está a reivindicar o espaço em si, ele quer ver só as contrapartidas. Porque se o Ministério da Educação tiver algum projecto para alargamento do recinto, no entanto o que entendi é que ele não foi por aí, porque tem o espaço cultivado.

Quer dizer que em matéria de segurança está garantido, pelo menos está ali e não há abandono no espaço. Mas sim ele quer que lhe dê uma contrapartida em relação a tudo aquilo que ele meteu no terreno, o tempo que esteve ali e que não houvesse esse tal acto os senhores que aparecem, invadindo aquilo, sacaneando e vandalizando o espaço sobre a capa do Ministro.

Também estou de acordo, não sei se poderíamos ouvir o Ministro, ou um representante do Ministério da Educação. Esses senhores que entraram ali, acho que eles não têm uma cara e ir buscá-los não é muito fácil, mas pelo menos alguém do Ministério da Educação que esclarecesse melhor o assunto e também alguém do jardim Mina Anzo, que nos desse mais esclarecimentos para depois tomarmos uma decisão em relação a essa questão.

O Sr. **Presidente**: — Há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, acho que, depois de ouvir alguns colegas e também o meu colega Hélder, há coisas urgentes que temos que fazer.

O primeiro ponto mais urgente que temos que fazer é travar essa onda de vandalismo, se necessário for ainda hoje. Dentro da influência do Sr. Presidente junto das outras entidades do País procurar travar ainda hoje essa onda de vandalismo em relação ao Sr. José Neves. É um cidadão que trabalhou e de forma nenhuma pode estar sobre pressão daqueles que nada fizeram para chegar a esse ponto.

O segundo ponto, foi o que já disse o meu colega Lombá. É tentar auscultar os outros intervenientes no assunto de forma que, realmente, possamos tirar o bom proveito de tudo isto, para ter uma solução do problema.

A terceira parte é saber junto do Ministério da Educação porquê que não deu o andamento daquilo que já se começou anteriormente. Porque na verdade, mesmo que um governo cai e outro aparece, há a continuidade do Estado. Não se pode de forma nenhuma ter um trabalho já começado e, com o novo Governo e um novo Ministro da Educação, deixar aquilo morrer e chegar ao ponto que chegou. É preciso que possamos reflectir sobre o assunto. Era preciso que o Ministério da Educação, alguém que conhecia o dossier, desse continuidade e se o fizesse isso não aconteceria o que está acontecendo agora.

Portanto, são esses três pontos que gostaria que pudéssemos fazer de forma a pôr o cidadão e a sua família em segurança.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, com base naquilo que ouvi do Sr. José, lamento profundamente aquilo que está acontecendo com ele.

Acho que, se realmente o Sr. Ministro mandou lá as pessoas para lhe agredir e tira de lá as suas coisas, agiu muito mal. O Sr. Ministro não teve, nesse caso, a sensibilidade porque o senhor trabalhou, plantou, aquilo estava abandonado e acho que não deveria ser tratado desta forma, é um cidadão como todos os outros.

Embora não faz posse como titular do terreno, mas mostrou que, ao invés de estar o terreno abandonado a criar ratos e outros animais que perturbam a nossa vida e causam males a saúde pública, o senhor fez daquele terreno um espaço onde tirava algum sustento.

Portanto, o Sr. Ministro foi insensível, se realmente mandou lá as pessoas e, se calhar, deveria ser ele próprio, enquanto dirigente, ir lá falar consigo sobre o terreno se precisam do terreno, ou se há algum problema em relação ao terreno.

Lamento profundamente, repito novamente. Acho que devíamos investigar para termos provas se realmente o Ministro mandou fazer isso. Falo com base daquilo que o senhor disse. Portanto, se chegarmos a conclusão que o Sr. Ministro teve essa coragem de fazer esse tipo de coisa, de actuar desta forma, sinceramente estamos perante um Ministro que não merecemos.

Daí que quero dizer ao senhor que estamos do seu lado, enquanto Deputados, vamos seguir todo esse processo, politicamente, claro. Porque o que vejo é que a resolução desse assunto não passa por nós, isso deve passar pela justiça. Aqui não vamos decidir nada, mas vamos comentar e emitir a nossa opinião em relação ao comportamento das autoridades para com a sua pessoa. Porque o senhor é são-tomense, é um cidadão e merece respeito como pessoa humana.

Daí que, Sr. Presidente, penso que nós da 4.<sup>a</sup> Comissão devemos seguir esse processo, ir até ao fim e dar toda a assistência nossa a esse cidadão, que chegou até aqui a nossa Casa parlamentar a nos colocar essa situação, pedindo apoio.

Devo, de forma pessoal, dizer ao cidadão que estamos disponíveis para acompanhar e ajudar até encontrarmos a verdade deste facto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos para uma intervenção.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sinceramente lamento a forma como o Sr. Deputado Pinheiro faz a sua abordagem. Estamos num encontro de auscultação e parece que o Sr. Deputado está a fazer uma intervenção enquanto a 4.<sup>a</sup> Comissão, enquanto responsável talvez da 4.<sup>a</sup> Comissão. Acho que esse encontro devia auscultar o Sr. José da Silva, auscultar o Sr. Ministro e não fazer afirmações só com base nas informações obtidas pelo Sr. José da Silva.

Não está em causa, é a responsabilidade da 4.<sup>a</sup> Comissão, enquanto a comissão da matéria, zelar para que todas as petições dos peticionários sejam satisfeitas e que eles, ao dirigirem a Assembleia, consigam ver satisfeitas, dentro das competências da comissão, os seus problemas.

A ideia é: temos um elemento, um facto que lamentamos, a invasão de um território de um cidadão que trabalha e acho que o que temos que fazer sim, porque é nosso interesse fazer ajudar o Sr. José da Silva a sair dessa situação. Temos que auscultar as partes e depois para estabelecermos rigorosamente qual é a nossa posição. Acho que isto é que deve ser o papel da 4.<sup>a</sup> Comissão, nesse momento auscultar – como estamos a auscultar.

Houve sugestões para auscultarmos o Sr. Ministro e os responsáveis da escola e do jardim Mina Anzo, vamos auscultar essas pessoas e depois a 4.<sup>a</sup> Comissão emite no seu fórum próprio o parecer final sobre essa situação.

Acredito, é natural, estando numa instituição política onde existem partidos políticos e alguns deputados, que queiram tirar algum proveito a sua hoste política. Mas no entretanto, acho que faria todo o sentido que cingíssemos única e exclusivamente no aspecto relacionado com auscultação e depois, ao nível do parecer, a 4.<sup>a</sup> Comissão poderia emitir posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, quer dizer, faço um comentário e tenho logo a reacção negativa da parte do Deputado do MLSTP/PSD.

O que fiz referência é com base naquilo que nos disse o cidadão presente! Não disse que o Ministro, ou não confirmo que o Ministro foi lá. Disse que o senhor aqui disse que quem mandou lá as pessoas foi o Sr. Ministro! Estamos a auscultar, é isso e foi com base na auscultação.

Agora, se não temos a outra parte, apelamos que ela venha fazer o contraditório e até lá aqui na 4.<sup>a</sup> Comissão, pessoalmente passo a mensagem ao cidadão que estamos disponíveis de uma forma genérica, o colectivo, todos os Deputados, incluindo os do MLSTP/PSD.

Mas agora lamento o meu colega estar a defender o Sr. Ministro. Não, não estamos a defender o Ministro! Ele se fez mal vai apanhar na orelha aqui nesta Casa parlamentar, temos que ouvi-lo porque o cidadão já cá veio. Não estamos a confirmar que o Ministro fez, mas se chegarmos a conclusão que o Ministro realmente está envolvido neste acto insensível vamos chamar atenção ao Sr. Ministro, politicamente e zangamos.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, queria dizer o seguinte: estamos na auscultação, de facto todas as intervenções têm sido muito moderadas e muito plausíveis, mas de facto o seu comentário extravasou. Ouvimos o

senhor e nenhum de nós sabe aquilo que se passou. Ouvimos uma parte e temos que recolher mais subsídios e aponte tudo que as pessoas disseram.

Mas a forma como falou de facto, foi como se já tivesse a verdade. Vamos ouvir toda a gente e sabem que nesta 4.ª Comissão temos trabalhado com justiça e depois de ouvir todo a gente. Estou de acordo com todas as intervenções, mas esta sua foi diferente de todas as outras. Diferente na medida em que começou a fazer um juízo antecipado. Vamos deixar disso Sr. Deputado, sei que está cheio de bons propósitos, como nós todos. O senhor foi atacado de uma forma muito vil e por isso estamos todos do lado dele, mas temos que saber o porquê.

Ouve perguntas aqui do Sr. Deputado Paquete, Cecílio e de outros Srs. Deputados, que fizeram-nas querendo saber e ir ao fundo da questão, saber se ele tinha a posse do terreno ou não e ouve aqui também coisas que gostei.

Primeira coisa, alguém disse aqui que temos eu travar a onda de invasores já, nem que seja hoje. Vamos tentar, porque vamos comunicar a Assembleia do que se está a passar para pedir a intervenção de quem de direito e vou fazer isso ainda hoje.

Portanto, não temos ainda decisões nenhuma, ainda não estamos dentro da verdade, o senhor fez a sua exposição e temos que ouvir outras pessoas. Temos que ouvir o próprio jardim e o próprio Ministro da Educação.

Quero dizer-vos que, pessoalmente, não estou a ver nenhum ministro de nenhum Governo pegarem em marginais para destruir uma obra feita. Mas vamos ouvir e vamos inquerir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá para uma intervenção.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Gostaria de fazer menção mais uma vez que, depois de ouvir as pessoas, também não estou a crer que o Ministro da Educação possa ter feito isso e a partida estou em crer que o Ministro quando vier cá vai dizer «eu não mandei».

Por isso, quando dizia que temos que ouvir também parte do pessoal invasor – ouvi o senhor que diz que, por exemplo, o Ministro tem intervenção directa porque mandou, é porque precisamos de mais alguém para poder tentar criar o desempate...

**Vozes:** — O jardim Mina Anzo.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — O jardim Mina Anzo é parte do Ministério da Educação e vai dizer aquilo que o Ministro disser, vamos pôr isso de parte.

Mas seria bom também ouvirmos parte dos próprios invasores, já que pelo menos o senhor consegue identificar elementos – por isso é que perguntei se o senhor consegue identificá-los, esses elementos, um ou dois, eu viessem também dizer porquê foram fazer isso. Assim teríamos elementos de toda a parte e acho que faríamos um trabalho mais conclusivo.

O Sr. **Presidente:** — Bom, Srs. Deputados, temos outra auscultação que estava marcada para as 10 horas, a Sra. Celisa já está e não sei se há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos para uma intervenção.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para esclarecer.

Não sei se ficou patente isso, acho que o Sr. Deputado está a tentar colocar coisas na minha boca. Não me pareceu querer defender o Sr. Ministro, simplesmente intervim no sentido de orientarmos o nosso verdadeiro papel cá neste momento, que era de auscultar e não fazer constatações neste momento, porque ainda não estamos na posse de elementos que nos facilitasse.

Por outro lado não queríamos procurar tirar, ou utilizar a situação do senhor que é difícil. Como já disse, lamentamos essa situação e estamos sensibilizados em encontrar solução e não procurar tirar proveitos extras à situação do senhor e da sua família, que é difícil.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, ouvimos o Sr. José Neves da Silva, os senhores tiveram a ocasião de avançar com boas sugestões e vamos trabalhar todas elas. Claro que esse processo não acaba aqui, vamos ouvir outras pessoas e vamos estar em contacto com o senhor.

Fica uma questão de saber – isso podemos ver depois do senhor sair, ver quais são precisamente as entidades a auscultar.

Em relação ao Sr. José Neves da Silva, pode crer que o disse o Sr. Deputado em relação a nossa disposição de que haja justiça em relação ao seu caso. Aquilo que lhe fizeram a si é uma coisa má e estamos completamente todos contra isso. Ainda que o senhor invadisse o terreno sem nada, não podiam ir lá destruir e tentar agredir o senhor e a sua mulher, quer dizer, ninguém tem esse direito.

De maneira que o senhor pode ir em paz, iremos seguir o processo e o senhor irá ser informado progressivamente sobre o caso.

*Pausa.*

Srs. Deputados, sobre essa questão, devemos ouvir os invasores que foram reconhecidos ou não?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Se é que o senhor peticionário reconhece que foram os elementos da PIC e da cadeia central, não vamos chamar os invasores para que venham, quem são eles para virem cá!? Enviamos, endereçamos sim uma nota a PIC – se é que é da PIC, para a PIC autorizar os senhores para serem ouvidos. Isso podemos fazer.

Porque na verdade eles também podem ter muita coisa a dizer. Se eles entraram lá, se estão a mando de alguém vão ter que dizer, ou não. A partir daí, depois de ouvirmos toda essa gente, ali já podemos chegar a uma conclusão.

O Sr. **Presidente**: — Temos dois nomes pelo menos, mas não temos os apelidos.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Temos o Osvaldo da PIC e Carlos que é da cadeia central.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Gostaria, Sr. Presidente, que desse-mos diligência para conseguirmos nomes mais concretos desses indivíduos para facilitar a sua identificação.

O Sr. **Presidente**: — Como é que vamos conseguir?

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Acho que poderíamos, talvez através dos serviços, junto ao senhor ver até que ponto podemos obter mais caracterização directa desses indivíduos para facilitar.

Porque chegarmos a PIC ou Cadeia Central e dizermos «Carlos e não sei quê» parece um pouco caricato, vindo da própria Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Outras sugestões?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, acho que estamos nessa fase e, como já disse na minha intervenção anterior, seria bom o mais urgente possível, ainda hoje, por favor, dar-lhe protecção.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, dar protecção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Em segundo lugar, não perder muito tempo com o assunto. Já na próxima semana chamar o Sr. Ministro da Educação, assim como o pessoal do jardim...

O Sr. **Presidente**: — Na próxima semana? Quer dizer, hoje ainda é terça-feira...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sim, porque na quinta-feira já temos outra auscultação. Se for o caso, podemos fazê-lo já na sexta-feira porque quanto mais urgente se resolver o problema melhor um pouco.

Diria que o Ministro da Educação e a senhora do jardim poderiam vir em horas diferentes, mas no mesmo dia e depois, enquanto isso, vamos atrás dos invasores para resolvermos esse problema o mais cedo possível, para que possamos ganhar tempo sobre o assunto.

Esse é o meu ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Será que esse Osvaldo na PIC e esse Carlos na cadeia central são figuras tão conhecidas por esses nomes que poderíamos...

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Podemos tentar saber quantos Osvaldos existem na PIC e quantos Carlos existem na cadeia central e, através de outras características que podemos solicitar, podemos chegar a eles. Se é mulato ou preto; se é Osvaldo preto ou mulato; se é Osvaldo alto ou Osvaldo baixo e assim chegaremos lá.

O Sr. **Presidente**: — Então fica assim combinado.

O Sr. Secretário tem muito trabalho, mas temos a gravação que depois eles passarão para texto digital e, com base nisso, faz-se o relatório.

Posto isso, declaro encerrada esta parte da reunião.

*Eram 10 horas e 30 minutos.*

*Faltou a sessão o seguinte Sr. Deputado:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe / Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Dionísio Fernandes** Leopoldino